

A MATERNIDADE E SUA ARTICULAÇÃO COM A ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MÃES NA VIDA ESCOLAR DA CRIANÇA

Fernanda Aparecida Ferreira Albertin¹

¹ Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, Brasil. (email nandaalbertin@gmail.com)

Resumo: A pesquisa analisa a articulação entre maternidade e escolarização na Educação Infantil, investigando a percepção dos profissionais sobre a participação das mães na vida escolar. Discute-se a adaptação, a parceria família-escola e os desafios socioculturais da maternidade. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, que busca compreender como essa relação influencia o desenvolvimento infantil e as práticas educativas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Maternidade. Participação familiar. Relação família-escola. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), sendo responsável pelo desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementação à ação da família. Nesse contexto, a relação entre família e escola assume papel central na constituição das experiências escolares da criança.

A maternidade tem sido socialmente associada à responsabilidade prioritária pelo cuidado e acompanhamento da vida escolar dos filhos. A maternidade, longe de ser apenas uma condição biológica, é uma construção social que carrega expectativas amplas e diferenciadas conforme o contexto histórico-cultural. A escola, por sua vez, frequentemente direciona sua comunicação e expectativas às mães, reforçando uma lógica cultural que

associa o acompanhamento escolar à figura materna. Contudo, as transformações nas configurações familiares e nas relações de trabalho têm tensionado essa dinâmica. Assim, compreender como os profissionais da educação percebem essa participação torna-se relevante para o fortalecimento das práticas pedagógicas e das políticas educacionais voltadas à infância.

Pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) evidenciam que a relação família-escola impacta diretamente o desenvolvimento infantil e o processo educativo. Guimarães e Cia (2024) destacam que a troca de informações entre escola e família contribui significativamente para o acompanhamento do desenvolvimento da criança, sendo elemento essencial para a inclusão e aprendizagem escolar.

Além disso, estudos sobre envolvimento familiar indicam que as interações estabelecidas entre profissionais e responsáveis variam conforme as concepções pedagógicas e as práticas institucionais adotadas pelas escolas (MARINS; CIA, 2019). Nesse cenário, torna-se necessário investigar como professores e gestores compreendem especificamente o papel materno nesse processo.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca compreender como os profissionais da Educação Infantil percebem a participação das mães na vida escolar das crianças pequenas e das bem pequenas e como articulam a ideia de maternidade ao processo de escolarização. Além disso, busca analisar a maternidade não apenas como função familiar, mas como construção social que atravessa práticas educativas, relações institucionais e expectativas pedagógicas na Educação Infantil.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Como os profissionais da Educação Infantil percebem a participação das mães na vida escolar das crianças e quais impactos essa participação produz no processo de escolarização?

3 HIPÓTESES

- A participação materna é percebida pelos profissionais como elemento essencial para o desenvolvimento e adaptação escolar da criança;
- Existem expectativas socialmente construídas que atribuem às mães maior responsabilidade pela escolarização infantil;
- A relação escola-família ainda apresenta desafios comunicacionais e institucionais que influenciam a participação das mães.
- A escolarização como sustentação de uma maternidade responsável.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar a visão dos profissionais da Educação Infantil sobre a participação das mães na vida escolar das crianças e sua influência no processo de escolarização.

4.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar concepções docentes sobre maternidade e acompanhamento escolar;
- b) Investigar práticas de interação entre escola e mães;
- c) Compreender desafios e potencialidades da participação materna;
- d) Analisar impactos dessa participação no cotidiano pedagógico.

5 JUSTIFICATIVA

A parceria entre família e escola é reconhecida como elemento estruturante da Educação Infantil. Estudos indicam que a participação familiar favorece o desenvolvimento integral da criança e fortalece o processo educativo coletivo (SILVA, 2025). A temática da participação familiar na Educação Infantil é amplamente discutida nas políticas públicas educacionais, como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Entretanto, observa-se que, na prática cotidiana, a responsabilidade pelo acompanhamento escolar recai majoritariamente sobre as mães.

Entretanto, observa-se que a responsabilidade pelo acompanhamento escolar frequentemente recai sobre as mães, revelando dimensões sociais e

culturais ainda pouco investigadas sob a perspectiva dos profissionais da educação. Assim, esta pesquisa contribui para ampliar o debate acadêmico sobre maternidade, escolarização e práticas pedagógicas, especialmente no campo da infância. Investigar a visão dos profissionais da educação sobre essa participação permite problematizar possíveis naturalizações da maternidade como obrigação exclusiva pelo acompanhamento escolar. Além disso, a pesquisa contribui para o debate acadêmico acerca das relações de gênero, família e escolarização, oferecendo subsídios para práticas pedagógicas mais inclusivas e menos baseadas em estereótipos.

Além disso, pesquisas produzidas na UFSCar apontam que compreender as percepções dos profissionais é fundamental para aprimorar estratégias institucionais de aproximação entre escola e famílias (SANTOS, 2023).

6 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Infantil contemporânea compreende a criança como sujeito social ativo, cuja formação ocorre nas interações estabelecidas com diferentes contextos sociais, especialmente família e escola. Para Santos et al. (2016), a infância deve ser analisada a partir das práticas educativas e das relações sociais que constituem o cotidiano escolar.

Nesse sentido, a relação família-escola configura-se como processo dialógico e colaborativo. Marins e Cia (2019) afirmam que o envolvimento familiar influencia diretamente o acompanhamento pedagógico e as interações escolares, podendo variar conforme as condições sociais e institucionais.

Guimarães e Cia (2024) evidenciam que gestores da Educação Infantil reconhecem a família como elemento essencial para o desenvolvimento infantil, destacando a importância da comunicação constante entre profissionais e responsáveis. Segundo as autoras, “o desempenho escolar depende das trocas informativas estabelecidas entre família e escola”.

Do ponto de vista sociológico, a maternidade pode ser compreendida como construção histórica e cultural, influenciada por expectativas sociais relacionadas ao cuidado e à educação dos filhos. Assim, investigar a

participação das mães permite compreender também como a escola reproduz ou ressignifica papéis sociais.

Pesquisas recentes indicam ainda que práticas colaborativas entre família e escola contribuem para aprendizagens mais significativas e para o fortalecimento do desenvolvimento socioemocional infantil (FAUSTINO; NOGARO, 2024).

Maternidade como Construção Social

A maternidade não pode ser compreendida apenas como um dado biológico, mas como uma construção histórica e social. Hays (1996) discute o conceito de “maternidade intensiva”, no qual a sociedade contemporânea estabelece altas expectativas sobre o envolvimento materno. Tal perspectiva influencia diretamente as demandas escolares direcionadas às mães.

Badinter (1985) também problematiza o mito do amor materno como instinto natural, evidenciando que as formas de vivenciar a maternidade variam conforme os contextos históricos e culturais.

Família e Escola na Educação Infantil

A LDB (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) enfatizam que a educação da criança deve ocorrer em complementaridade entre família e instituição escolar.

Epstein (2018) propõe o modelo de parceria entre escola, família e comunidade, destacando que a participação familiar pode ocorrer de múltiplas formas, não se restringindo à presença física na escola.

Gênero, Educação e Expectativas Institucionais

As relações entre gênero e educação influenciam as práticas escolares. Louro (1997) destaca como as instituições educacionais reproduzem expectativas sociais relacionadas aos papéis femininos e masculinos.

Nesse sentido, a centralidade da mãe na comunicação escolar pode refletir construções culturais que associam o cuidado e a educação doméstica à mulher.

A adaptação da criança e da mãe à Educação Infantil

O ingresso da criança na Educação Infantil representa um marco significativo em seu desenvolvimento e constitui um momento de intensas

transformações para todos os envolvidos. Embora o período de adaptação seja tradicionalmente compreendido apenas como um processo vivenciado pelo aluno, estudos contemporâneos demonstram que essa fase envolve igualmente a família, especialmente a mãe, que passa a reorganizar sua rotina, expectativas e vínculos afetivos diante da nova realidade escolar. Assim, a adaptação deve ser entendida como um processo coletivo, construído por meio das interações entre criança, família e instituição educativa.

A Educação Infantil caracteriza-se como a primeira etapa da Educação Básica e possui a função de promover o desenvolvimento integral do indivíduo em seus aspectos físicos, cognitivos, emocionais, afetivos e sociais, em complementação à ação da família (BRASIL, 1996). Nessa perspectiva, o ingresso na creche ou na pré-escola representa uma ampliação dos espaços de convivência, possibilitando novas experiências de aprendizagem, socialização e construção da autonomia. Entretanto, essa mudança também implica desafios emocionais importantes, sobretudo porque marca uma das primeiras separações prolongadas entre a criança e seus principais cuidadores.

Ferreira (2007) destaca que o processo de adaptação não pode ser compreendido apenas como responsabilidade infantil, uma vez que envolve sentimentos, expectativas e inseguranças compartilhados também pelos familiares e profissionais. Segundo a autora:

"O período de adaptação na creche não é somente da criança, mas também envolve a família e as educadoras em um complexo processo de integração. O documento do MEC de 1998 – Referencial Curricular para a Educação Infantil – aborda os primeiros dias das famílias e das crianças na instituição. Esse período de adaptação deve ser um processo gradual, de modo que o tempo de permanência da criança na escola aumente aos poucos. Assim, a criança vai se familiarizando gradativamente com o professor, com o espaço e com as outras crianças."
(FERREIRA, 2007, p. 6).

Essa perspectiva evidencia que a adaptação constitui um processo de construção de vínculos. A criança necessita desenvolver sentimentos de

segurança em relação aos novos adultos responsáveis por seu cuidado, ao ambiente escolar e aos pares, enquanto a família precisa construir relações de confiança com a equipe pedagógica. Dessa forma, o sucesso da transição depende da qualidade das relações estabelecidas entre escola e família durante esse período inicial.

Nesse contexto, o acolhimento realizado pela instituição assume papel fundamental. A organização de uma transição gradual, respeitando o ritmo individual, favorece a construção de laços afetivos e reduz a ansiedade decorrente da separação. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil recomenda que os responsáveis acompanhem os primeiros momentos da criança na instituição, proporcionando segurança emocional (BRASIL, 1998). Essa participação demonstra que a adaptação deve ser planejada como uma ação compartilhada, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao novo ambiente.

Sob a ótica familiar, a literatura evidencia que a entrada na Educação Infantil desperta reações emocionais intensas nas mães. Conforme aponta Ferreira (2007), sentimentos de culpa, insegurança, tristeza, preocupação e ambivalência são frequentes, pois a separação coloca em evidência concepções culturalmente construídas sobre a maternidade e o cuidado. Muitas mães experimentam o conflito entre reconhecer os benefícios proporcionados pela escola e, simultaneamente, sentir o peso de delegar os cuidados de seus filhos a terceiros. Como descreve a autora:

Essas sensações podem estar relacionada ao fato de os pais sentirem que não conseguem cuidar de seus filhos sem o auxílio da creche. A culpa também pode estar relacionada à questão cultural que ainda retrata que o cuidado materno é insubstituível. (FERREIRA, 2007, p. 6-7).

Essas reações revelam que a adaptação escolar extrapola os aspectos pedagógicos, envolvendo dimensões emocionais profundamente associadas à construção social da maternidade. Historicamente, a sociedade atribuiu às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e pela educação dos filhos, fazendo com que muitas mães interpretem a necessidade de compartilhar

essa tarefa como uma forma de insuficiência ou abandono. Entretanto, a Educação Infantil contemporânea concebe a instituição escolar como um espaço complementar à família, e não como sua substituta.

Nesse cenário, o estabelecimento de uma relação de confiança entre o lar e a escola mostra-se indispensável. Para que a mãe sinta segurança no ambiente escolar, a instituição precisa desenvolver estratégias de comunicação permanente, escuta qualificada e acolhimento das dúvidas e angústias familiares. Quando os profissionais demonstram disponibilidade para dialogar sobre a rotina da criança, seus avanços e dificuldades, os vínculos institucionais se fortalecem.

Guimarães e Cia (2024) destacam que a comunicação constante entre escola e família constitui um dos principais fatores para o acompanhamento do desenvolvimento infantil, favorecendo práticas colaborativas. Da mesma forma, Marins e Cia (2019) evidenciam que o envolvimento dos responsáveis influencia positivamente tanto o processo de inserção inicial quanto a continuidade das aprendizagens desenvolvidas.

Compreender a adaptação apenas como o período de acolhida inicial da criança representa, portanto, uma visão limitada desse fenômeno. Trata-se de um processo essencialmente relacional, no qual estudantes, famílias e educadores constroem gradativamente vínculos de cooperação e corresponsabilidade. O acolhimento sensível, o respeito aos sentimentos maternos e a consolidação de uma parceria efetiva entre família e instituição configuram elementos fundamentais para que a transição ocorra de forma positiva, promovendo o bem-estar e o diálogo.

A parceria entre família e escola

A articulação entre o ambiente doméstico e a instituição de ensino constitui um dos pilares da Educação Infantil, visto que ambas as esferas compartilham a responsabilidade pelo desenvolvimento integral da criança. Embora possuam funções distintas, essas instâncias atuam de maneira complementar, estruturando experiências que promovem os aspectos cognitivos,

afetivos, sociais e emocionais na primeira infância. Por conseguinte, a qualidade dessa relação interpessoal influencia diretamente a inserção, a aprendizagem e o bem-estar dos estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Essa determinação legal reforça que a escola cumpre um papel suplementar, o que demanda uma postura de mútua cooperação em favor do educando. No mesmo sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) destacam que o trabalho pedagógico deve reconhecer a diversidade das configurações familiares, valorizando o diálogo, a escuta e a participação dos responsáveis no cotidiano escolar por meio de estratégias democráticas e acolhedoras.

Sob a ótica da literatura científica, Marins e Cia (2019) apontam que o envolvimento familiar constitui um dos fatores mais relevantes para o sucesso da trajetória escolar na primeira infância. As autoras destacam que essa presença fortalece a comunicação entre os diferentes contextos vivenciados pelo aluno, gerando maior sintonia entre as práticas educativas do lar e as da instituição. Quando esse vínculo se pauta na confiança, ampliam-se as possibilidades de construção de aprendizagens significativas e de amadurecimento socioemocional.

Guimarães e Cia (2024) reforçam essa compreensão ao evidenciarem que gestores da Educação Infantil reconhecem o núcleo familiar como elemento indispensável ao processo pedagógico. A troca constante de informações permite identificar com precisão as necessidades, potencialidades e especificidades de cada estudante, o que viabiliza intervenções mais adequadas e fortalece a inclusão. Essa comunicação contínua configura-se, portanto, como ferramenta essencial para monitorar o avanço infantil e consolidar laços institucionais.

Contudo, apesar das prerrogativas legais e teóricas, a prática cotidiana revela que a participação familiar ainda recai predominantemente sobre as

mães. Os comunicados, convites para reuniões, solicitações pedagógicas e o acompanhamento diário frequentemente são centralizados na figura materna, reproduzindo construções sociais que atribuem às mulheres o encargo quase exclusivo pelo cuidado e pela criação dos filhos. Essa realidade restringe o conceito de parceria a uma interlocução estrita com a mãe, invisibilizando a atuação de outros responsáveis e reforçando desigualdades de gênero.

Diante disso, torna-se premente ampliar a concepção de envolvimento familiar, reconhecendo que o suporte à vida escolar pode se manifestar de diversas formas e englobar diferentes membros do ecossistema da criança. Conforme teoriza Epstein (2018), a cooperação entre escola, família e comunidade ultrapassa a mera presença física em reuniões pontuais; ela engloba múltiplos canais de diálogo, colaboração e divisão de responsabilidades direcionados ao sucesso do aprendizado.

Fortalecer essa união exige, em última análise, a edificação de relações baseadas no respeito mútuo, na escuta qualificada e na valorização da pluralidade contemporânea. Trata-se de consolidar uma cultura institucional que acolha os familiares como sujeitos ativos do processo formativo, contribuindo para a consolidação de uma Educação Infantil genuinamente democrática, inclusiva e comprometida com a infância.

7 METODOLOGIA

7.1 Abordagem

Pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva.

7.2 Tipo de Pesquisa

Estudo de campo com abordagem interpretativa.

7.3 Participantes

- Professores da Educação Infantil;
- Coordenadores pedagógicos;
- Diretores escolares de instituições públicas de Educação Infantil.

7.4 Instrumentos de coleta

- Entrevistas semiestruturadas;

- Questionários abertos;
- Observação do cotidiano escolar.

7.5 Procedimentos de análise

Os dados serão analisados por meio da **Análise de Conteúdo** (Bardin), buscando categorias relacionadas à:

- concepção de maternidade;
- participação escolar;
- comunicação família-escola;
- impactos pedagógicos.

8 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se contribuir para:

- ampliação das discussões sobre maternidade e escolarização;
- fortalecimento das práticas colaborativas família-escola;
- elaboração de estratégias pedagógicas mais inclusivas;
- produção científica no campo da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 3 v.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009.

EPSTEIN, Joyce L. *School, family, and community partnerships: preparing educators and improving schools*. 3. ed. New York: Routledge, 2018.

FAUSTINO, Maria Aparecida Lopes; NOGARO, Arnaldo. Práticas colaborativas entre escola e família para transformar a educação infantil. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 3, n. 15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55028/gepfip.v3i15.20037>.

FERREIRA, Gisele Vieira. *O impacto da adaptação de crianças na creche sobre os sentimentos maternos*. 2007. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica – Infância e Família) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUIMARÃES, Cristiane de Azevedo; CIA, Fabiana. Opinião de gestores da educação infantil sobre família e inclusão escolar. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271995441>.

HAYS, Sharon. *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University Press, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARINS, Danielli Gualda; CIA, Fabiana. O envolvimento entre família-escola de pré-escolares. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 650-669, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.1.12213>.

MILENA, Aragão; KREUTZ, Lúcio. A docência na Educação Infantil: entre o dom e a maternidade. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, v. 16, n. 32, p. 13-26, jul./dez. 2010.

SANTOS, Louise de Freitas. **Educação inclusiva e a participação das famílias na educação infantil**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

SANTOS, Maria Walburga dos et al. Infância e educação infantil: abordagens e práticas. *Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 231-247, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v2i2.92>.

SILVA, Rita de Cássia Faria da. Relevância da participação da família na educação infantil: fundamentos, desafios e perspectivas. *International Integralize Scientific*, v. 1, n. 8, 2025. DOI: <https://doi.org/10.63391/F8DD01>.